

ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO

NA RESPOSTA À PANDEMIA NEM UM DIREITO A MENOS!



O surto de coronavírus SARS-CoV-2, declarado como pandemia pela Organização Mundial de Saúde a 11 de Março, levou à implementação de medidas extraordinárias em Portugal. Estas medidas têm graves repercussões ao nível do trabalho e da produção, e colocam sérios desafios económicos e sociais a todos os trabalhadores. Este surto vem também intensificar as evidentes fragilidades estruturais do país, não só no Serviço Nacional de Saúde como em todo o sistema produtivo nacional.

No sector do Ensino Superior e da Investigação, as dificuldades são evidentes. No campo da **investigação**, os trabalhadores científicos vêem o seu trabalho severamente limitado e os seus projectos congelados ou com a concretização ameaçada. Soma-se a isto a precariedade generalizada, resultante de vínculos laborais como bolsas de investigação e contratos a termo certo ou incerto, cuja avaliação e, não raras vezes, renovação resultam directamente do sucesso dos projectos anteriores.

No campo do **Ensino Superior**, os docentes enfrentam o desafio de continuar a leccionar e garantir o acompanhamento dos estudantes com inevitáveis perdas decorrentes da ausência do ensino presencial. Recorrendo a ferramentas de ensino à distância, os docentes deparam-se em muitos casos com falta de formação adequada e com a obrigação de utilização de equipamentos e meios próprios, frequentemente insuficientes, o que resulta numa ainda maior limitação às já restritivas condições. A adaptação a este regime assim como o trabalho a partir de casa tem resultado, em muitos casos, numa intensificação e alargamento do horário de trabalho. Para trás estão a ficar, entre outras, componentes críticas para a qualidade pedagógica, como aulas práticas, projectos laboratoriais e o acesso a bibliotecas.

O PCP está atento aos desafios e ameaças enfrentadas pelos trabalhadores do Ensino Superior e do Sistema Científico e Tecnológico Nacional neste momento extraordinário. Logo no dia 18 de Março foram entregues na Assembleia da República uma série de propostas de medidas excepcionais que pretendem responder às necessidades destes trabalhadores (Proposta de Alteração à PPL nº.17/XIV/1.^a que aprova medidas excepcionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo novo Coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19).

O PCP apresentou ainda o Projeto de Lei n.º 288/XIV/1.^a – rejeitado na AR com os votos contra do PS, do PSD, do CDS-PP e do IL e a abstenção do CH – onde propôs um conjunto de medidas excepcionais e temporárias para salvaguarda dos direitos **dos trabalhadores do Sistema Científico e Tecnológico Nacional** e do trabalho científico, técnico e de gestão. Entre outras medidas, o PCP propôs:

O alargamento do vínculo contratual para todas as bolsas e contratos de todos os trabalhadores científicos que trabalham no Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), por período idêntico àquele em que o trabalhador científico se encontre impedido de desenvolver o respectivo plano de trabalhos

A prorrogação dos Projectos IC&DT e dos Projectos Estratégicos das Unidades de Investigação até à cessação das medidas excepcionais e temporárias de resposta à epidemia SARS-CoV-2, assegurando-se o respetivo financiamento e manutenção de todos os trabalhadores adstritos a cada projecto

Garantir que as prorrogações previstas não sejam contabilizadas para efeitos de futuras candidaturas a projectos de I&D e candidaturas a Concursos de Estímulo ao Emprego Científico (CEEC), por forma a não prejudicar nenhum investigador, nomeadamente nos concursos do CEEC.

No passado dia 9 de Abril de 2020, a ABIC e a FENPROF tornaram público os resultados do inquérito da ABIC aos trabalhadores científicos. Nele 60% dos inquiridos indicam que as actuais medidas de contenção têm um impacto significativo no cumprimento dos planos de trabalho. Embora a FCT tenha anunciado (a 17 de Março e a 14 de Abril de 2020) a prorrogação das bolsas por si directamente financiadas, bem como a prorrogação das bolsas com mobilidade prevista durante o período de encerramento das instituições no estrangeiro, esta medida apenas contempla os bolseiros directamente financiados pela Fundação, deixando milhares de trabalhadores científicos sem salvaguarda laboral.

O PCP continuará a intervir pela melhoria das condições existentes no Ensino Superior e na Investigação, através da sua acção parlamentar e, sobretudo, mantendo um contacto próximo e em permanência com os estudantes e trabalhadores, acompanhando-os na luta contra injustiças e abusos, por um Ensino Superior gratuito, democrático e de qualidade, e um SCTN digno, justo e sustentável. No combate à epidemia, a Democracia e os Direitos dos Trabalhadores do Ensino Superior e do Sistema Científico e Tecnológico Nacional não podem estar em causa.

Por um Ensino Superior e um SCTN democráticos e ao serviço de todos! Junta-te a nós nesta luta!

No que respeita à **docência no Ensino Superior**, o PCP considera que a actividade presencial tem uma centralidade e uma importância no processo de ensino-aprendizagem que não é substituível por experiências à distância, sendo o papel dos docentes dentro e fora das salas de aulas imprescindível no acompanhamento dos estudantes. Rejeitamos assim a normalização das medidas excepcionais agora tomadas, nomeadamente do ensino e avaliação à distância.

Durante este período excepcional é fundamental e urgente dotar as instituições, os docentes e os estudantes com os meios materiais e técnicos necessários à realização das aulas no regime de ensino à distância, bem como proporcionar aos docentes o necessário apoio.

É preciso salvaguardar as aulas presenciais indispensáveis, como por exemplo aulas de laboratório, ensino artístico, aulas de campo, aulas em ambiente clínico, estágios pedagógicos, etc. Havendo todo o interesse em regressar ao formato presencial, este regresso porém só deverá ocorrer se garantidas as necessárias condições de distanciamento social, de protecção pessoal, e higiene individual e dos espaços. Devem-se procurar as formas ajustadas a cada realidade que melhor garantam uma avaliação credível e equitativa. Sendo previsível que uma avaliação presencial nesta fase implique mais espaços e vigilantes que o habitual, deve-se também impedir abusos adicionais aos horários de trabalho.

Estaremos atentos aos desafios levantados no contexto actual, mas também a situações de pressão e abuso a que os docentes estejam sujeitos e a quaisquer ataques à democracia e participação nas instituições.

Apelamos aos docentes e investigadores que contactem o PCP, denunciando casos de abuso.



pcp@pcp.pt

www.pcp.pt

